



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

DANIELA TAVARES FIORENTIN

**A IMPORTÂNCIA DA APAE NO ATENDIMENTO DOS  
SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E  
MÚLTIPLA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

Brasília – DF

2019

FIORENTIN, Daniela Tavares.

A importância da APAE no atendimento dos sujeitos com deficiência intelectual e múltipla do município de São Miguel do Oeste /Daniela Tavares Fiorentin, Brasília: Universidade de Brasília, Orientador: Prof. Nilton Oliveira da Silva. 2019. 44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. APAE. 2. Atendimento Especializado. 3. Deficiência intelectual.

**Universidade de Brasília – UnB**

**Reitora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Abrahão Moura

**Vice-Reitor:**

Prof. Dr. Enrique Huelva

**Decana de Pós-Graduação:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão  
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

**Chefe do Departamento de Administração:**

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

**Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal**

Profa. Dr<sup>a</sup>. Fátima de Souza Freire

DANIELA TAVARES FIORENTIN

**A IMPORTÂNCIA DA APAE NO ATENDIMENTO DOS SUJEITOS COM  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL  
DO OESTE**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Administração como requisito parcial à  
obtenção do certificado de especialista (*lato  
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor(a) Orientador(a): Prof. MSc Nilton  
Oliveira da Silva

Brasília – DF

2019

DANIELA TAVARES FIORENTIN

**A IMPORTÂNCIA DA APAE NO ATENDIMENTO DOS  
SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E  
MÚLTIPLA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

**Daniela Tavares Fiorentin**

Prof. Nilton Oliveira da Silva

Professor-Orientador

MsC Henrique Neuto Tavares,  
Professor-Examinador

MsC Nilton Oliveira da Silva  
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho nesta etapa. Agradeço a dedicação e carinho do meu esposo Luciano Fiorentin e meu pequeno filho Lucas Fernando meu carinho especial.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por mais essa conquista. A minha família, pelo apoio em todos os momentos dessa etapa da minha vida. Em especial ao orientador Nilton Oliveira da Silva pela dedicação pelo tempo dispensados a mim durante esta etapa de construção do referido trabalho. Aos entrevistados pela receptividade e colaboração possibilitando a realização desta pesquisa. Ao meu esposo Luciano pelo apoio, compreensão e amor disponibilizado a mim durante mais esse desafio.

A inclusão acontece quando... “Se aprende com as diferenças e não com as igualdades.” (Paulo Freire)



## **RESUMO**

A presente pesquisa é um estudo de caso que tem como objetivo, verificar a importância da APAE na melhoria do atendimento educacional aos indivíduos com deficiência no município de São Miguel do Oeste e seus benefícios no contexto social. As APAEs têm como missão de promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência visando a melhoria da qualidade de vida, na perspectiva da inclusão social da pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. Para responder ao problema de pesquisa foi aplicado um questionário ao público alvo, que buscou saber qual a importância da APAE no atendimento prestados as Pessoas com Deficiência Intelectual no município de São Miguel do Oeste. Para a coleta de dados foram entrevistados membros da administração pública municipal que resultou na estruturação de quatro categorias, sendo elas: Categoria 1- APAE e a importância para a administração municipal. Categoria 2 - As políticas públicas do município que atendem as demandas da Educação Especial. Categoria 3 - Benefícios dos atendimentos oferecidos pela APAE aos munícipes com deficiência intelectual e Categoria 4 - A administração pública municipal e a inclusão social dos sujeitos com deficiência intelectual, após o término do ensino regular. A pesquisa culminou em resultados positivos para o trabalho que a APAE vem desenvolvendo. E possibilitou perceber algumas lacunas existentes no atendimento para as pessoas com deficiência depois do término do ensino regular.

Palavras-chave: APAE. Atendimento Especializado. Deficiência intelectual.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE- Atendimento Educacional Especializado

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC – Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PCSC- Proposta Curricular de Santa Catarina

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Contextualização .....	11
1.2	Formulação do problema .....	12
1.3	Objetivo Geral .....	13
1.4	Objetivos Específicos .....	13
1.5	Justificativa.....	13
2	REVISÃO TEÓRICA .....	15
2.1	A Educação Especial no Processo de Inclusão.....	15
2.2	O surgimento das APAEs .....	18
2.3	A história da APAE no município de São Miguel do Oeste .....	19
2.4	O Terceiro setor como nova alternativa para a prestação do serviço público .....	23
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA .....	26
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa .....	26
3.2	Coleta de dados.....	27
3.3	Participantes da pesquisa .....	27
3.4	Procedimentos de coleta e de análise de dados .....	28
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES .....	29
4.1.1	APAE e a importância para a administração municipal .....	30
4.1.2	As políticas públicas do município que atendem as demandas da Educação Especial .....	32
4.1.3	Benefícios dos atendimentos oferecidos pela APAE aos munícipes com deficiência intelectual e múltipla.....	34
4.1.4	A inclusão social dos sujeitos com deficiência intelectual, após o término do ensino regular .....	35
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	37
	REFERÊNCIA.....	40
	APÊNDICES .....	44
	Apêndice A – Roteiro de Entrevista .....	44

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Contextualização**

De acordo com o último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE em 2010, no Brasil, 45,6 milhões de pessoas se declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja do visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. Isso representou um total de 23,9% da população brasileira em 2010 com algum tipo de deficiência.

Em 1964, surge no Brasil a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na tentativa de incluir os deficientes à sociedade e melhorar o convívio familiar, social e escolar. Neste período não existiam leis específicas que garantissem o acesso a esses sujeitos na escola e na sociedade de modo geral.

Segundo a APAE Brasil (2018), o surgimento das APAEs se deu pelo movimento dos pais e amigos das pessoas com deficiência que buscavam uma alternativa para a inclusão de atendimentos e uma melhora na qualidade de vida dos seus filhos com deficiência intelectual e múltipla na sociedade. Assim surgem as primeiras associações de pais e amigos que começam o atendimento as pessoas com deficiência. A primeira APAE do Brasil surgiu no Rio de Janeiro em 1954. Em Santa Catarina, a primeira foi fundada em Brusque neste mesmo ano (APAE-SC, 2018).

Hoje no Brasil, 2 mil municípios têm a presença da entidade que atendem as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Mas especificamente em Santa Catarina há 190 unidades da instituição. Em São Miguel do Oeste, a APAE atende os sujeitos com deficiência do município, além de três municípios da região, abrangendo Bandeirante, Barra Bonita e Paraíso Atualmente, possuem 160 alunos matriculados, e deste total, 136 anos oriundos do município alvo da pesquisa.

A missão das APAEs é promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, melhoria da qualidade de vida dos deficientes, através da perspectiva da inclusão social, em especial, priorizando as pessoas com deficiência intelectual e múltipla (APAE-SC, 2018).

As APAEs, são instituições que os sujeitos recebem o atendimento educacional especializado que atende a diversidade, com trabalho de habilitação e reabilitação, respeitando a sua subjetividade. Esses atendimentos ocorrem interligados com o processo de inclusão no ensino regular, e dá continuidade ao ensino permanente, possibilitando a estimulação contínua do processo de inclusão social.

Dessa forma, entende-se que as APAEs representam um papel importante não somente para as pessoas com deficiências e seus familiares, mas também para a sociedade, pois desenvolve atividades especializadas para estimular o desenvolvimento da pessoa possibilitando uma melhor interação social.

Nesse contexto, a interação do estado e entidades da sociedade civil deve ser analisada com um olhar mais atento. Para Amaral (2003), apesar de existir algumas críticas quanto a relação de entidade de terceiro setor com o estado gerando uma desistência de deveres, a presença de organizações colaborativa as políticas públicas geram maiores benefícios. Assim, observa-se a necessidade de o município, através da Secretaria Municipal da Educação e Assistência Social, desenvolverem políticas públicas voltadas para esse público tão vulnerável na sociedade capitalista, altamente competitiva e globalizada.

Além dessa parte introdutória, que contextualiza o tema e define os seus propósitos, a sessão 2 apresenta a revisão da literatura a respeito da educação especial no processo de inclusão, o surgimento das APAEs e caracterização das entidades do terceiro setor. A sessão 3 trata dos procedimentos metodológicos para a coleta de dados e a técnica de pesquisa utilizada, seguido pela sessão 4, na qual estão apresentados os resultados e discussões sobre o problema de pesquisa e por fim a sessão 5 apresenta as considerações finais

## **1.2 Formulação do problema**

Segundo Rengel et. al (2012), estas organizações têm a função de prevenção e orientação à sociedade por meio de congressos, encontros e etc. Estes eventos promovem acesso ao conhecimento, aos direitos, ao mundo do trabalho de forma que o indivíduo com deficiência intelectual e múltipla retome seu pleno exercício da cidadania e fortaleça a sua autonomia e independência.

Para Oro et al. (2018), a APAE é uma organização enquadrada no terceiro setor com proposito de se realizarem fins não econômicos e por isso são movidas pelo voluntariado, recebendo incentivos do governo e parcerias com a sociedade. Diante do exposto, surge a necessidade de compreensão de que maneira o município de São Miguel do Oeste está programado para participar desse processo educacional das pessoas com deficiência intelectual e múltipla dentro do contexto de inclusão social. Assim, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa: **De que forma o município de São Miguel do Oeste tem participado no processo colaborativo com a APAE para o atendimento e desenvolvimento das pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas?**

### **1.3 Objetivo Geral**

Verificar a importância da APAE na melhoria do atendimento educacional aos indivíduos com deficiência no município de São Miguel do Oeste e seus benefícios no contexto social.

### **1.4 Objetivos Específicos**

- Descrever a história da APAE no Brasil e da APAE de São Miguel do Oeste.
- Conhecer a história da Educação Especial no processo de inclusão.
- Conhecer as políticas públicas de Educação e Assistência Social de São Miguel do Oeste voltadas para atender as deficiências intelectual e múltiplas.

### **1.5 Justificativa**

A APAE de São Miguel do Oeste está a 40 anos desenvolvendo atividades nas áreas de Psicologia, Assistência Social, Neurologia, Psiquiatria, Fisioterapia, Hidroterapia, Terapia

Ocupacional e Fonoaudiologia e Pedagógico (APAE, 2018). Para a administração pública municipal, esses atendimentos realizados devem representar grande relevância em relação a oferta de condições para uma melhor qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Entende-se que a parceria entre poder público municipal de São Miguel do Oeste e a entidade da APAE é uma das formas encontrada para viabilizar o atendimento do público mencionado, pois isso representa uma agregação de valores para vida das pessoas, famílias e comunidade em geral. Para Oro et. al (2018), a existência de entidades como a APAE desenvolve valores institucionais na busca do vencer o preconceito à medida que provêm condições ambientais e sociais às pessoas com deficiências, ponto este de maior desafio à sociedade brasileira.

Os investimentos em políticas públicas voltadas para atendimento às deficiências, no ambiente da APAE, permitem que os alunos matriculados com deficiência intelectual moderada ou severa, possam ser atendidos em tempo hábil e oportunamente. Este atendimento ocorre nas turmas de Estimulação Precoce, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Serviço Pedagógico Específico (SPE), Serviço de Atendimento Laboral (SAL). Assim, agrega-se em seu desenvolvimento, a evolução satisfatória para cada situação apresentada, e permite explorar o máximo das capacidades do sujeito com deficiência intelectual e múltipla (APAE, 2018).

Pesquisar sobre a importância da APAE no atendimento dos sujeitos com deficiência intelectual e múltipla do Município de São Miguel do Oeste, faz-se necessário para implementar políticas públicas voltadas para o atendimento desse público, traçar novos caminhos e verificar o curso do trabalho, constatar o atendimento que vem sendo realizado na APAE- SMO em parceria com o município.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

### **2.1 A Educação Especial no Processo de Inclusão**

No Brasil, o movimento pela inclusão no século XIX foi inspirado pelos movimentos norte-americanos e europeus. Esse movimento luta pela inclusão das pessoas com deficiência na conquista dos direitos e melhora da qualidade de vida. Nesse período, iniciou-se a organização e atendimentos das pessoas com deficiência, embora de forma branda. (MANTOAN, 2002)

Já no século XX, a referência legal que ampara à educação especial, apresenta-se no artigo 88 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n.º 4024/61) – no qual a “educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino, a fim de integrá-lo na comunidade” (BRASIL, 1961).

Segundo Mazzotta (2005), a década de 1980 ficou marcada pelo início da superação da visão assistencialista e das perspectivas de caridade. Essa mudança ocorreu a partir do ano de 1981, no qual a Organização das Nações Unidas (ONU), declarou aquele ano como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Para o autor, a educação especial que havia surgido como uma ação assistencialista, passa a ter um cunho mais educacional. Embora a legislação vigente traga uma nova visão a educação especial, é possível ainda perceber uma visão assistencial. Logo, a Educação Especial passou e vem passando por importantes mudanças (MAZZOTTA, 2005)

A inclusão educacional tem como marcos históricos a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca de junho de 1994, na Espanha (BRASIL, 1994). Também pode-se citar a convenção de Guatemala, de 1999, que trouxe a inclusão dos sujeitos com deficiência no ensino regular bem como o atendimento especializado para atender a diversidade.

A Declaração de Salamanca, segundo Brasil (1994) versa sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Também ressalta a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino que anteriormente era integrada na escola, ou seja, a criança tinha que se adaptar a escola.



O conceito de inclusão está relacionado ao fato de que a escola precisa estar adaptada às necessidades do aluno, onde os alunos devem estar inseridos no mesmo espaço e aprender juntos, dentro das possibilidades e independente das dificuldades e diferenças que apresentem (SALAMANCA, 1994).

Após a Declaração de Salamanca surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei 9.394/1996. Essa lei traz em seu 20º artigo que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidade especiais uma terminalidade específica para que eles atinjam o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. Outro ganho importante aos alunos é o fato de que as escolas devem fornecer oportunidade educacionais apropriadas considerando as especificidades de seu alunado (BRASIL, 1996).

Pode-se citar ainda a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) em seu Artigo 24 que “pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência”.

Segundo a Lei Orgânica do município de São Miguel do Oeste em seu Art. 150 O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino.

No município, os alunos com deficiência são incluídos na rede regular de ensino nas mais diversas modalidades que são compreendidas, tais como as creches, pré-escolas, educação infantil e ensino fundamental sejam nos anos iniciais ou anos finais. O aluno que necessita de um segundo-professor e AEE (Atendimento Educacional Especializado) contar com professores com formação na área de atuação, para apoiar e adaptar o currículo do ensino regular conforme sua necessidade especial.

[...] a formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como instituições específicas e outras. Instituições específicas (BRASIL, 2001, p. 80)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e deve ser oferecido de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em relação ao local onde o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais deveria ser realizado é especificado no Artigo 5º que:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais, da própria escola ou em outra escola de ensino regular de turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios (BRASIL, 2009)

A escola inclusiva está estruturada no pensamento voltado para a diversidade de forma que a escola seja para todos e que o sistema educacional reconheça e atenda as especificidades individuais de cada aluno visando respeitar as suas necessidades. (CARVALHO, 2004)

Mantoan, uma das grandes defensoras da inclusão total, ressalta que uma das metas da inclusão seria:

Desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 2002, s/p).

A proposta pedagógica inclusiva deve proporcionar estratégias que atendam a demanda da educação. A proposta deve estar integrada às estratégias de ensinar, e de acordo com Rodrigues (2008), deve ser uma em que a escola inclusiva oportunize aos seus alunos uma aprendizagem diversificada, capaz de responder à heterogeneidade com estratégias oportunas, condizentes com a realidade que possa existir, tornando o aprendizado dinâmico e acessível a todos educandos.

Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) traz uma explicação sobre o que é diversidade:

Entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Esta noção nos remete à ideia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. (SC, p.54, 2014)

Assim sendo, aproximadamente 23,9% da população brasileira com algum tipo de deficiência requer novas formas de atender voltados para a diversidade, garantindo um ensino de qualidade que leva em consideração a subjetividade intrínseca de cada sujeito.

Nas ações pedagógicas, gestores, professores e estudantes não atuam na formação do outro; eles reconhecem a existência das diferenças, discutem, vivem e convivem com a presença do outro, considerando e valorizando a história e a experiência de cada sujeito, em um movimento relacional que permite conhecer o outro pela proximidade que se tem com ele. Educação na/da alteridade e na diferença é reconhecer que o outro está na escola, bem perto de nós, não como alguém a ser tolerado, mas como alguém que tem a escola a sua disposição na promoção de ambientes inventivos, plurais e respeitosos. (SANTA CATARINA, p.86, 2014)

As ações pedagógicas devem levar em consideração a alteridade, respeitar as diferenças, uma escola pensada para acolher toda a sua diversidade, conhecer o contexto sócio histórico do educando (SANTA CATARINA, 2014). Para Oliveira e Poker (2002) a proposta de uma inclusão assume uma complexidade, pois as escolas necessitam considerar a partir de agora o todo, ou seja, a especificidade decorrente de cada deficiência, a fim de proporcionar um ensino de qualidade para todos os alunos.

A nova pedagogia da inclusão tem alterado o processo educacional do país, por meio de determinações legais que provocam grandes alterações no cotidiano escolar. Diante disso, é necessário que o governo esteja atento a proporcionar uma formação continuada dos educadores e de todos os que estiverem envolvidos. (OLIVEIRA; POKER, 2002).

## **2.2 O surgimento das APAEs**

A precursora da educação especial no Brasil foi a Russa Helena Antipoff que segundo Rodrigues (2015) foi convidada pelo governo de Minas Gerais por meio do Professor Francisco Campos para organizar a reforma do ensino e fundar a Escola de aperfeiçoamento pedagógico. Suas ideias deram origem a primeira Sociedade Pestalozzi em Belo Horizonte, no ano de 1930 e seu legado fomenta as ações da Educação Especial até os dias atuais.

A primeira APAE do Brasil, fundada no Rio de Janeiro, ocorreu através da articulação de várias forças: a chegada de Beatrice Bemis dos Estados Unidos (membra do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down), professores, pais e médicos. As somas desses interesses motivaram a fundação das primeiras instituições a partir de 1954. (APAE- RJ, 2018)

A partir desse momento, o movimento Apaeano no Brasil começa a ser difundido. As APAEs passam a ser organizadas como instituições filantrópicas, de caráter cultural, assistencial e educacional. Regidas pela Federação Nacional das APAEs (Fenapaes) e tendo

como filiadas 2.201 instituições em todo o Brasil em 24 Federações Estaduais, o “Movimento Apaeano” é dividido em quatro níveis: APAE no Município corresponde a entidade; Conselho Regional; Federação das APAEs do Estado; Federação Nacional das APAEs, devendo ser respeitada essa hierarquia. (APAE BRASIL, 2018).

As APAEs se organizam da seguinte forma: A partir de uma diretoria eleita compostas de pais e associados, essa associação administra a APAE no município. Na região Vale do Uruguai de Santa Catarina, como por exemplo, as APAEs são filiadas a um Conselho Regional, que composto por membros de cada APAE, deliberam as questões pertinentes aos interesses das pessoas com deficiência a partir da realidade apresentada. No âmbito estadual, há uma Federação das APAE a qual defende os interesses dos deficientes em nível do Estado. E no âmbito nacional, as APAEs estão organizadas em torno da Federação Nacional das APAEs. (APAE BRASIL, 2018).

Segundo a APAE BRASIL (2018), a Fenapaes tem como missão institucional promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o Movimento perante os organismos nacionais e internacionais, que buscam oferecer a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.

No Brasil não havia políticas públicas para atender este a esta população especialmente. Diante dessa realidade, surgiram famílias empenhadas em lutar por condições melhores para seus familiares com deficiência intelectual ou múltipla a fim de que tivessem seus direitos preservados e fossem atendidos como qualquer outro cidadão (APAE BRASIL, 2018).

Em Santa Catarina, a APAE conta com 192 unidades e a divisão de 18 conselhos regionais. A APAE de São Miguel do Oeste faz parte do conselho regional do Vale do Uruguai. (FENAPAES, 2018)

### **2.3 A história da APAE no município de São Miguel do Oeste**

No município de São Miguel do Oeste a APAE foi fundada em 23 de outubro de 1978. Uma comissão de Pais e Amigos deram início ao movimento que levou a criação do CDH-07 (Centro de Desenvolvimento Humano). A entidade surgiu a partir da necessidade, identificada pela comunidade, de atender os alunos com deficiência intelectual e múltipla, que estavam à mercê da sociedade (APAE SMO, 2018)

As atividades do CDH-07 iniciaram em 1980, nas dependências da casa do Srº Luiz Bido. Os registros apontam como a primeira diretora a Sra Dolores T. Guardini, a primeira professora, Sra Elaine Rodrigues da Silva, e os primeiros alunos foram Márcia e Laudir da Silva, Orides Portela e Cristiane Becker (APAE SMO, 2018)

No ano de 1981, o CDH-07 funcionou em uma residência próxima a praça Walnir Bottaro. Em 1982 mudou-se para a residência próxima a Olivetti, e no ano de 1984, mudou-se para sede própria onde funciona atualmente (APAE SMO, 2018)

Um concurso interno, ocorrido no ano de 1997, foi realizado para a escolha do nome fictício, onde os pais, funcionários, diretoria, professores e alunos, escolheram o nome de “Escola Especial Caminho Alternativo.” (APAE SMO, 2018)

A APAE SMO tem como filosofia:

Trabalhar uma proposta pedagógica que oportunize aos Educandos desenvolverem as habilidades funcionais e os conhecimentos sistematizados, proporcionando assim a apropriação da elaboração conceitual e atitudes coerentes para o convívio familiar, escolar e social. (APAE SMO, 2018)

A APAE São Miguel do Oeste, apresenta em suas finalidades de atuação, atividades voltadas a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas com Deficiência, preferencialmente Intelectual e Múltipla, e Transtornos Globais do Desenvolvimento, em todos seus ciclos de vida, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania. Os serviços oferecidos são estruturados para habilitação e reabilitação das pessoas com deficiências para inclusão social. As práticas desenvolvidas são de pedagogia Educação Especial e serviços na área da saúde e assistência social.

Na tabela 01 estão apresentados os dados de atendimento da APAE em São Miguel do Oeste.

**Tabela 01** – Atendimento da APAE em São Miguel do Oeste X municípios atendidos.

<b>Município</b>	<b>São Miguel do Oeste</b>	<b>Paraíso</b>	<b>Bandeirante</b>	<b>Barra Bonita</b>
Nº de alunos	137	11	10	02
Total de			84 Turno Matutino	
Atendimentos	160 alunos		76 Turno Vespertino	

Fonte: APAE – SMO (2019)

A inclusão é um dos objetivos da instituição, entretanto, é importante destacar que nos últimos anos, a APAE SMO tem acentuado a conscientização para a importância da frequência nas escolas da rede regular de ensino. Todos os educandos em idade escolar

devem, acordo com a legislação vigente, frequentar creches, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (APAE SMO, 2018).

A Fundação Catarinense de Educação Especial disponibiliza os professores para as atividades pedagógicas. Esse processo ocorre por meio de convênio, o qual é necessária sua renovação anualmente. Atualmente, a Fundação Catarinense de Educação Especial cede seis professoras em 40 horas semanais efetivas para a APAE SMO. Além dessas, disponibiliza professoras ACTs (contrato temporário) para suprir o restante das vagas (APAE SMO, 2018).

Além das atividades pedagógicas, a entidade dispõe oferta de serviços de profissionais da área da saúde que são: duas psicólogas, dois fonoaudiólogos, uma terapeuta ocupacional, um neurologista, uma psiquiatra, três fisioterapeutas e uma assistente social (APAE SMO, 2018).

Conforme pesquisa realizada por Melo e Costa (2016), o resultado apresentado pelos alunos que frequentam APAE e que são atendidos pelos profissionais, segundo os entrevistados, tanto na clínica quanto na pedagógica, é uma evolução significativa no desenvolvimento físico, mental e afetivas das pessoas com deficiência e suas relações com a sociedade.

Os recursos recebidos pela entidade socioassistencial advém de diferentes órgãos tanto do âmbito público como privado e de doações de pessoa física. Tais recursos são caracterizados pelo:

a) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); b) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); c) Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE); d) Fundo Social Lei Júlio Garcia; e) Convênio com a Central Elétrica de Santa Catarina (CELESC); f) Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste; g) Prefeitura Municipal de Paraíso; h) Prefeitura Municipal de Bandeirante; i) Prefeitura Municipal de Barra Bonita; j) Doações e contribuições espontâneas de Associados e Colaboradores; k) Realização de Promoções e Eventos Próprios. (APAE SMO, 2018).

Aos alunos em idade escolar matriculados exclusivamente em Centros de Atendimento Especializados ou Escolas Especiais mantidas pelas APAEs, é disponibilizado o Serviço Pedagógico Específico, com caráter educacional, apoiado pelos mesmos documentos oficiais que sustentam o ensino regular. (SANTA CATARINA, 2007). Os alunos matriculados com deficiência intelectual moderada ou severa, são atendidos nas turmas de Estimulação Precoce, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Serviço Pedagógico Específico (SPE), Serviço Pedagógico Específico (TEA), Serviço de Atendimento Laboral (SAL). (SANTA CATARINA, 2018)

Os serviços que a APAE oferece está vinculado às necessidades que os alunos matriculados apresentam. Todos os serviços que são desenvolvidos na APAE são especializados e intimamente vinculado às particularidades das deficiências presentes entre os alunos (APAE SMO, 2018).

De acordo com APAE Brasil (2018), as organizações possuem em seus propósitos a contemplação de seus atendimentos à todas as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, independente do seu ciclo de vida. É dentro dessa lógica que a APAE de São Miguel do Oeste desenvolve suas ações.

Conforme APAE SMO (2018), todas as crianças com deficiência diagnosticada e com prognóstico, é submetida ao atendimento especializado de estimulação precoce. Segundo Santa Catarina (2018), atividades dessa natureza possuem carácter educacional e reabilitatório, e por isso é oferecido aos alunos de até 5 anos e 11 meses com atraso ou prognóstico de Atraso Global do Desenvolvimento.

Para os alunos que frequentam a rede de ensino regular com idade acima dos 6 anos com diagnóstico de deficiência intelectual grave com baixo nível funcional ou TEA (Transtorno do Espectro Autista) com baixo nível funcional, a APAE oferece o Atendimento Educacional Especializado. Este atendimento busca o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a melhora das estruturas cognitivas, permitindo à maiores possibilidades de as pessoas com deficiências estarem incluídas socialmente (APAE SMO, 2018).

Além disso, no que se refere aos atendimentos educacionais, a APAE disponibiliza mais três serviços especializados, esse voltados para os alunos acima dos 17 anos de idade. Trata-se do Serviço Pedagógico Específico para deficiência intelectual severa, Serviço Pedagógico Específico para atendimento de deficiência intelectual e ou Transtorno de Espectro Autista e Serviço de Atendimento Laboral para pessoa com deficiência que a impeça de estar inserida em atividades profissionais remuneradas e encontra-se no seu processo de envelhecimento (APAE SMO, 2018).

O Programa Pedagógico, dinamizado por meio de ações e projetos estabelece diretrizes para qualificar o processo ensino e aprendizagem dos alunos da educação especial matriculados na rede regular de ensino, ou para aqueles que, por apresentarem severos comprometimentos mentais, mesmo em idade escolar, frequentam exclusivamente Centros de

Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial (SANTA CATARINA, 2007).

## **2.4 O Terceiro setor como nova alternativa para a prestação do serviço público**

O terceiro setor, pode ser entendido como um segmento administrativo que existe para suprir as lacunas entre o setor público e o privado. Nos Estados Unidos a expressão *Third Sector* (Terceiro Setor) é usada junto com expressões como organizações sem fins lucrativos ou setor voluntário, o qual atinge serviços considerados sociais (ALBUQUERQUE, 2006).

No Brasil, o surgimento desse segmento administrativo ocorreu na década de 1990. Sua expansão ocorreu de forma rápida. O que se conhecia como ramo da administração que desenvolvia atividades predominantemente para serviços sociais, não lucrativos e filantrópicos, passou a agregar novas características, e suas organizações se multiplicaram nas prestações de serviços públicos na área da saúde, educação, cultura, direitos civis, moradia, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento de pessoas, através das Organizações Não Governamentais- ONGs (VOLTOLINI, 2009).

Para Tenório (2001), o terceiro setor pode ser compreendido como organizações que não fazem parte do estado e nem a ele estão vinculadas, mas possuem caráter público a partir do momento em que se dedicam a causas e problemas sociais. Essas entidades não têm fim lucrativos e prestam atendimento a uma parcela da sociedade que necessita de atendimento especializado.

Nessa mesma perspectiva, Souza (2007) classifica em seus estudos as “associações”, como sendo formadas por um grupo de pessoas físicas ou jurídicas que se unem por uma causa em comum, exercem atividades sem almejar o lucro para si, prestando serviços de forma voluntária.

A existência desse modelo de administração, está presente em países desenvolvidos e em desenvolvimento. A partir das diversas demandas identificadas pelas populações e não atendidas, principalmente pelo Estado. O surgimento dessas organizações não governamentais (associações, fundações e instituições para serviços sociais humanitários), tem o propósito de desenvolver ações e serviços de interesse público, tais como: provisão de serviços humanitários, promoção do desenvolvimento econômico de base, prevenção a degradação ambiental, proteção de direitos civis, dentre outros. Essas ações buscam o bem-estar da vida em lacunas negligenciado pelo Estado (SALAMON, 1994 apud. ALVES, 2014).



Fernandes (19994, p. 21) classifica os agentes e suas finalidades por setor, onde o primeiro setor corresponde ao agente público (Estado), o segundo setor o agente é privado (mercado) e por último o agente privado com finalidade prestar serviço público é o terceiro setor. O quadro 1 representa a setorização dos agentes por finalidades:

**Quadro 1:** Setorização dos agentes por finalidades e setor

<b>AGENTES</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>SETOR</b>
Públicos	Público	Estado
Privados	Privada	Mercado
Privados	Público	Terceiro Setor

Fonte: Adaptado de FERNANDES (1994 p. 21)

De acordo com Fernandes (1994), o terceiro setor aparece como a mescla entre o público e o privado, o que garante determinações e previsibilidades legais de uma organização privada, gerindo a atividade pública. É uma estratégia de atender o interesse público de maneira desburocratizada.

Para França Filho (2002), o terceiro setor é um espaço considerado inovador para a realidade atual, pois não se enquadra no setor do mercado, mas também não está vinculado ao Estado. O mesmo é estruturado com características e interesses públicos com autonomia de ação semelhantes ao do mercado. As suas áreas de atuação estão voltadas a soluções dos problemas econômicos e sociais da população.

As principais características das organizações do terceiro setor são o fornecimento de bens e serviços voltados para o bem-estar do ser humano. O principal objetivo é exatamente a transformação da realidade do ser humano, ou seja, obter um ser humano mudado. As organizações que não possuem fins lucrativos são agentes de mudança humana (DRUCKER, 1999).

No universo das organizações, característica jurídica e administrativa apresentada pela APAE SMO, coloca a mesma na classificação de Organização Não Governamental (ONG), pois como descreve Coelho (2009), essas organizações são identificadas como de direito privado, o que as diferenciam das estatais, mas que não apresentam objetivos de lucro a partir de suas atividades desenvolvidas.

A APAE, enquadrada como organização do Terceiro Setor, assume uma alternativa de prestação do serviço público as pessoas com deficiência intelectual, que segundo Pimenta, Saraiva e Corrêa (2006) estão desassistidas pelo estado. Para Oro et al. (2018), no âmbito

institucional, a APAE segue a Lei 9.790 de 1999 que a qualifica como uma organização da sociedade civil de interesse público, confirmando sua pertença ao terceiro setor.

O marco regulatório para as organizações que apresentam essas características, e onde se enquadra a APAE, está previsto na lei 13.019/2014, e que de acordo com BRASIL (2016), essa lei está regulamentando todas as organizações que atuam sem fins lucrativos, que possuem interesse público e que permitem parcerias com o Estado, independente da esfera de governos (Federal, Estadual, Municípios e ou Distrito Federal).

### **3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA**

As formas metodológicas adotadas para elaborar uma pesquisa, é a base para estabelecer a confiabilidade e o rigor de um trabalho científico. Destaca-se que a metodologia é o capítulo que descreve o instrumento utilizado, o qual deve ocorrer de maneira clara, coerentemente elaborado e que seja possível os desfechos dos impasses encontrados na teoria e os desafios da prática. (MINAYO, 1998).

#### **3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa**

A pesquisa trata-se de um estudo exploratório com uma abordagem qualitativa. Busca-se convencer na forma de experimentação empírica, a partir de um estudo de caso, uma análise feita detalhadamente, abrangente, consistente e coerentemente, a argumentação lógica das ideias do problema de pesquisa. Por este motivo, abordagens como esta são mais utilizadas e necessárias nas ciências sociais, onde o pesquisador participa, compreende e interpreta (MICHEL, 2005).

Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. De acordo com André (2005), o estudo de caso possibilita um olhar profundo da realidade estudada, o que amplia a possibilidade de análise, pois se aproxima das variáveis que a unidade social se apresenta. Entretanto, há a necessidade do aprofundamento da inserção e disponibilização de muitos recursos e tempo no campo a ser estudado, chegando-se assim na correta interpretação e no relato dos dados.

Segundo Minayo (1998), uma pesquisa qualitativa pode envolver uma multiplicidade de métodos. A sua característica distintiva reside no modo interpretativo e naturalístico com que trata seu objeto, pois estuda no seu ambiente natural, tentando compreender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas estudadas lhe atribuem.

### 3.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada com um roteiro prévio. Foram entrevistados membros da administração pública municipal ligados à secretaria de Educação e Assistência Social.

A entrevista semiestruturada, que segundo Honningmann, apud Minayio (1993), é uma combinação de perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado possui a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Para tal, foi estruturada com quatro perguntas norteadoras conforme apresentada no quadro 2:

**Quadro 2** – Perguntas norteadoras utilizada na pesquisa

<b>Número</b>	<b>Pergunta norteadora</b>
<b>01</b>	Qual a importância da APAE para a administração municipal?
<b>02</b>	Que política públicas o município desenvolve para atender as demandas da Educação Especial
<b>03</b>	Quais os pontos positivos da APAE com relação aos atendimentos oferecidos aos munícipes com deficiência intelectual?
<b>04</b>	A administração pública municipal participa da inclusão social dos sujeitos com deficiência intelectual, após o término do ensino regular?

Fonte: Elaboração Própria.

### 3.3 Participantes da pesquisa

A pesquisa de estudo de caso, envolveu profissionais da secretaria de Educação Municipal e da Secretaria de Assistência Social, ambas pertencentes ao município de São Miguel do Oeste. Foram entrevistados dois membros que tem envolvimento com a administração municipal e que estão diretamente ligados ao setor da pesquisa. Os entrevistados passam a ser mencionados por uma identificação fictícia, pelos nomes Antares e Sírius.

### **3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados**

A coleta de dados ocorreu a partir de quatro perguntas semiestruturada, onde o entrevistado teve a liberdade de escolher livremente a forma de resposta. Após contato via telefone com os entrevistados, optou-se pelo envio das perguntas via mensagem eletrônica. Dessa forma, os dados foram coletados a partir do retorno dessas mensagens. Esta etapa entre a entrevista e o retorno teve a duração de 1 mês, sendo o período de fev/2019 a março/2019.

A forma seguida para a análise das informações foi enquadrado na proposta metodológica de Minayo (1993) que segue os seguintes passos: a) ordenação dos dados no qual se faz um mapeamento de todos os dados obtidos no campo da pesquisa, onde se inclui neste, releitura do material, transcrições das gravações, organização dos relatos e dados da observação participante; b) classificação dos dados, no qual são feitas as leituras exaustivas dos textos estabelecendo interações para identificar o que é relevante e por fim c) Análise final, onde foi estabelecido um paralelo entre os dados e o referencial teórico da pesquisa, respondendo as questões da mesma, de acordo com os seus objetivos.

#### **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES**

Em São Miguel do Oeste é oferecido diversos atendimentos especializados aos alunos com deficiências por meio da APAE. Além da rede de ensino municipal apresentarem, em quase todas suas escolas, salas de recursos multifuncionais, as quais são atendidos os alunos com deficiência comprovada através de laudo diagnóstico, os alunos com deficiência intelectual moderada e severa com comprometimento graves são atendidos pelo AEE da APAE SMO (APAE, 2018).

Os serviços identificados que são disponibilizados na APAE são: Atendimento pedagógico especializado para a deficiência; atendimentos específicos na habilitação e reabilitação (fisioterapêutico, psicologia, neurologia, psiquiatria, terapia ocupacional, equoterapia ou hidroterapia entre outros). Esses atendimentos são prestados conforme a necessidade do educando e recomendação da equipe da saúde e educacional da instituição.

Observa-se, a partir do desenvolvimento de levantamento de dados durante a pesquisa, que APAE, em especial, a unidade de São Miguel do Oeste, desenvolve serviços essenciais para a comunidade, uma vez que seu público alvo é pessoas que possuem alguma deficiência, e que diante disso, necessitam de atendimento diferenciado, que estimule a pessoa a superar as limitações que deficiência lhe proporciona, buscando se aproximar ao máximo, diante das singularidades, de uma vida inclusiva social e cultural.

Sob a ótica dos gestores municipais, representados pelas secretarias municipais de assistência social e de educação, demonstra-se a seguir a importância da APAE para atenção de serviços e desenvolvimento de ações nas políticas públicas municipais voltadas para o público com deficiência intelectual e múltipla, a busca da sua inclusão no meio sócio cultural do município.

A apresentação e discussão das informações das entrevistas resultou na estruturação de quatro categorias, sendo elas: Categoria 1- APAE e a importância para a administração municipal. Categoria 2 - As políticas públicas do município que atendem as demandas da Educação Especial. Categoria 3 - Benefícios dos atendimentos oferecidos pela APAE aos munícipes com deficiência intelectual e Categoria 4 - A administração pública municipal e a inclusão social dos sujeitos com deficiência intelectual, após o término do ensino regular.

#### **4.1.1 APAE e a importância para a administração municipal**

Ao expressarem a importância dos serviços da APAE de São Miguel do Oeste para a administração pública Municipal, as entrevistas utilizaram uma expressão que revela toda e fundamental importância que tais serviços representam para a sociedade, os quais tratam-se da atuação para garantia dos direitos das pessoas que possuem deficiências, seja ela intelectual ou múltipla.

Essa percepção deve ser permanentemente valorizada, divulgada e atrelada a sensibilização da sociedade para a visibilidade de que a pessoa com deficiência faz parte da sociedade, e deve estar a todo o momento inserido nela. Ressalta-se que há a Lei 13.146/2015, que garante o direito à inclusão do deficiente na sociedade, e regula as relações no intuito de reduzir das desigualdades que são condicionadas pela deficiência (BRASIL, 2015). Aqui também vale ressaltar, que o espaço da APAE, é onde são desenvolvidas as atividades para melhoria e superação das limitações que a deficiência condiciona a pessoa, em busca de maior autonomia individual para o convívio em sociedade.

O que chama a atenção é que, para a manutenção desse espaço, o qual é considerado a âncora para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, o Estado (todos os entes federados) contribuem, mas não fornecem a totalidade necessária para seu funcionamento. De acordo com APAE (2018), a parcela faltante, quem assume é a sociedade, através de ações sociais de arrecadação de fundos, doações dentre outras.

Outro fator importante presente no relato de Antares, é que a APAE é essencial para o desenvolvimento da saúde e bem-estar das pessoas com deficiência. Entretanto, para que isso ocorra, se faz necessário a sensibilização da sociedade civil para dois focos: o primeiro é sobre a sua importante e indispensável participação para manutenção dos serviços que resultam nesse bem-estar à pessoa com deficiência, através de recursos financeiros, e o segundo se trata do reconhecimento, por parte da sociedade, do deficiente como ser humano com direitos, e assim possa ser acolhimento.

Com o foco na proteção sobre a violação dos direitos, Antares relata que a realidade da sociedade atual (sem generalizações) não observam, a não ser quando imposta por lei, os direitos dos cidadãos e muitas vezes acabam violando-os. Nesse cenário, a APAE possui a capacidade de desenvolver o senso crítico e empoderamento sobre direitos, às pessoas com deficiências, pais e a sociedade, estimulando o extinto de proteção de vulneráveis, prevenção de violências, combate às negligências e até explorações.

É notório o reconhecimento, a partir dos relatos, da importância que a APAE possui para a sociedade de São Miguel do Oeste. Isso pode ser observado na contribuição de Antares: “A APAE é a única entidade no município que atende essa demanda, excetuando-se a APAS que presta atendimento exclusivo a deficientes auditivos, caso não existisse, o município teria sérias dificuldades em organizar e oferecer atendimento a essa demanda”.

As colaborações e percepção por parte da pessoa entrevistada, vem de encontro com o que está previsto nas propostas feitas pelas APAEs, e que conforme descrito por APAE BRASIL (2018), onde demonstra que os trabalhos dessas instituições estão pautados no compromisso com a promoção permanente da qualidade de vida da pessoa com deficiência, produzindo ambientes de dignidade humana.

Outro momento que revela a importância da APAE para a administração municipal, fica evidenciado na expressão de Sírius “A avaliação de crianças com suspeita de atraso global do desenvolvimento, autismo, deficiência intelectual é realizada pela APAE (...)”, destacando que essa interligação institucional é fundamental para o desenvolvimento humano suspeito de alguma deficiência.

A APAE é percebida pela administração pública municipal como um ponto importante na rede de atenção, pois quando as suspeitas de deficiência são comprovadas é na APAE que se estabelece a referência de atendimento, conforme demonstra a entrevista de Sírius “Quando comprovado algum destes quadros oferecem o acompanhamento multidisciplinar na própria APAE via SUS”.

Antares, em sua entrevista, ainda salienta que a APAE possui um papel importante para a inclusão social de pessoas que possui alguma deficiência. Isso corrobora com a assertiva de que, as APAES, associadas aos recursos da comunidade e municípios, conseguem ampliar a acessibilidades das pessoas com deficiências, diminuindo os entraves ao exercício da cidadania e os fatores que promovem a exclusão social dos deficientes em todos os ciclos de vida, não somente no período de ensino regular, estabelecido pela educação através do Plano Nacional da Educação (PNE) entre as idades de 4 a 17 anos APAE BRASIL (2018).



#### **4.1.2 As políticas públicas do município que atendem as demandas da Educação Especial**

Para o atendimento às demandas das pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas, os entrevistados demonstraram a existência e o desenvolvimento de várias políticas públicas municipais voltadas ao suprimento das necessidades que esse público apresenta e precisa de apoio especial para sua superação.

Um dos destaques que é ressaltado por Sírius é o programa de formação continuada que o município dispõe para os educadores da rede de ensino municipal, em especial os que atendem alunos deficientes. Isso é possível perceber quando questionado, sobre as políticas públicas, sua resposta “formação, palestras para os segundos professores e professores das salas de recursos multifuncionais”. Isso demonstra o comprometimento que o município possui na formação das pessoas com deficiência em idade escolar.

Essa mesma compreensão já havia sido observada por Garcia (1999), quando argumenta que o profissional deve estar em constante desenvolvimento. No decorrer de toda sua carreira, há a necessidade de acompanhamento das transformações sociocultural e educacional, e por isso, deve ser continuada, pois a aprendizagem trilha de maneira dinâmica, interativa e diversificada.

Nessa mesma perspectiva, Corcini (2016), contribui dizendo que, para receber, atender e incluir o aluno com deficiência no ambiente escolar, necessita de profissionais e comunidade escolar estar preparada para a realidade inclusiva de alunos com deficiência no ensino regular.

Na busca de uma educação inclusiva, segundo Sírius, o município oferece na rede de ensino municipal, o suporte para que o aluno com deficiência tenha o melhor desenvolvimento possível. É disponibilizado na sala de aula que há alunos com deficiências intelectual ou múltipla, um segundo professor, preparado para auxiliar o aluno a diminuir as barreiras impostas pela sua deficiência.

Para complementar, o Plano Municipal de Educação de São Miguel do Oeste cita, que dentre suas metas, está previsto a manutenção, ampliação e implementação das estruturas das salas de recursos multifuncionais, aprimorando a oferta de atendimento especializado e estimular a formação continuada de professores, em busca da melhoria do processo inclusivo nas escolas regulares e nas instituições especializadas de educação especial (SÃO MIGUEL DO OESTE, 2015).

Além disso, as escolas estão preparadas e equipadas com recursos especiais para atender os deficientes em suas diferenças, conforme afirma Sírius, quando diz que há “atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais para as crianças com laudos”. Essas salas possuem recursos capazes de atender as necessidades educacionais dos alunos que frequentam o ensino regular e no contra turno a sala de recursos multifuncionais.

O propósito de possuir esses atendimentos em salas de recursos especializados é a para oportunizar ao aluno com deficiência e que está matriculado no ensino regular, recursos especializados que complementem o seu aprendizado (SMO, 2015).

Outra política pública municipal que atende pessoas com deficiências está, segundo Antares, sendo desenvolvida de maneira intersetorial, envolvendo os setores da assistência social, educação, saúde e direitos humanos, e que possui a participação das três esferas de governo, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, através do programa denominado “BPC na escola”.

Conforme ressalta Antares, o programa BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) na escola, é uma política pública que o município possui o propósito de proporcionar o acesso garantido e a permanência na escola de pessoas com deficiência com idade entre 0 e 18 anos. A principal diretriz que conduz essa política pública no município, segundo Antares é a identificação e superação das barreiras que impedem e ou dificulta a pessoa com deficiência de frequentar na escola regular.

Apesar de não ser especificamente uma política pública municipal voltada para as pessoas com deficiência, Antares fez questão de elencar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, como uma política pública que também atende as demandas das pessoas com deficiência, já que desenvolvem, no contra turno escolar, atividades de fortalecimento das relações familiares e comunitárias as pessoas com idade entre 06 a 15 anos.

Nesse programa também é atendido algumas pessoas com deficiência, e é considerado uma política relevante à vida dos deficientes devido ao fortalecimento de convivência social, defesas de direitos e desenvolvimento de capacidades dos usuários. Importante destacar, que inclusão social, não se trabalha somente a pessoa com deficiência e sua família, é necessário trabalhar a sociedade como um todo. Inserção social deve acontecer bilateralmente.

#### **4.1.3 Benefícios dos atendimentos oferecidos pela APAE aos munícipes com deficiência intelectual e múltipla**

Ao discutir os benefícios que a APAE representa através dos atendimentos oferecidos aos munícipes com deficiência intelectual e múltipla, observa-se que essa é a única entidade, no município, que oferece serviços dessa natureza, de maneira ampla e abrangente a todas as deficiências e em todos os ciclos de vida.

Para Antares, a entidade da APAE no município ocupa um espaço indispensável para o atendimento as demandas das pessoas com deficiências. Relata que “(...)excetuando-se a APAS (Associação de Pais e Amigos dos Surdos) que presta atendimento exclusivo a deficientes auditivos, caso não existisse, o município teria sérias dificuldades em organizar e oferecer atendimento a essa demanda”.

A busca por respostas que estimulam a autonomia nas atividades cotidianas da pessoa com deficiência através dos atendimentos multiprofissionais, tanto na equipe de trabalho pedagógico diferenciado e especializado, quanto pelos profissionais especializados que desenvolvem a reabilitação, socialização individualmente são identificados como benefícios relatados por Sirius em sua entrevista.

Antares também contribui, relatando que os serviços oferecidos na APAE são os únicos, no município, que busca, além das atividades individuais da pessoa com deficiência, o desenvolvimento de ações de inserção na vida em sociedade.

Na expressão de Antares, destaca-se a importância que a APAE representa para a vida das pessoas com deficiências e seus familiares. Isso é possível identificar quando a mesma cita os benefícios que os serviços oferecidos pela APAE: “Presta serviço de habilitação e reabilitação (...) promoção de sua integração a vida comunitária, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos de forma isolada ou cumulativa as pessoas com deficiência e suas famílias”.

Além disso, Antares também menciona as indispensáveis atividades desenvolvidas pela APAE relacionadas a saúde dessas pessoas, pois o atendimento é especializado e passa a ser referência municipal para esse público. Destaca, que projetos de saúde desenvolvidos na APAE abrangem desde a prevenção de doenças e agravos e novas deficiências, o que visa assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, suas famílias e comunidade, conforme o plano de ação da (APAE SMO, 2018).

Para os entrevistados, o reconhecimento que a educação especial desenvolvida pela APAE oferece às pessoas que possuem deficiência é indispensável. Os benefícios que esses serviços representam para esse público representam a garantia de melhoria de qualidade de vida, garantia de direitos, inclusão social dentre tantas outras abrangências que somente as análises singulares seria possível mensurar.

Melo e Costa (2016) contribuem, destacando que as atividades desenvolvidas pela APAE, a qual desenvolveu sua pesquisa, são capazes de resultar em importantes avanços sociais, cognitivos e afetivos, das pessoas com deficiências, extraíndo o máximo de suas capacidades e fortalecendo as habilidades para o melhor convívio social. Além disso, esse estudo apontou que aos atendimentos clínicos realizados permite o acompanhamento dos deficientes de baixa renda, que não teria outra oportunidade se a instituição não oferecesse.

#### **4.1.4 A inclusão social dos sujeitos com deficiência intelectual, após o término do ensino regular**

A partir do questionamento realizado aos entrevistados, se havia alguma participação da Administração Municipal na inclusão das pessoas com deficiências após o término do ensino regular, surgiu a necessidade de verificar o tema.

Em relação aos programas, projetos, implementações de ações e ou políticas públicas voltadas para a inclusão social das pessoas com deficiências intelectual e múltiplas, o município supre as necessidades demandadas por esse público em seu período escolar, conforme já elencado nas categorias anteriores.

Conforme Melo e Costa, (2016) é histórico o problema da exclusão social das pessoas com deficiência, o que impede a inserção da pessoa com deficiência nos espaços sociais, restringido dessas pessoas o direito de direitos econômicos e civis.

Em uma das falas citada por Sirius, todas as ações de inclusão social disponibilizadas no município para atender as pessoas portadoras de deficiência intelectual e múltipla, são desenvolvidas pela instituição especializada para atender esse público a APAE. Ou seja, quem atende as necessidades do município é a APAE, pois a administração municipal não possui a oferta desse serviço.

O atendimento especializado deve preferencialmente estar inserido as salas de recursos multifuncionais da própria escola, mas que, na impossibilidade, o Atendimento Educacional Especializado pode ser oferecido por instituições sem fins lucrativos. Nesse caso se enquadra

a APAE (BRASIL, 2009). Sabe-se que a esta instituição possui caráter jurídico de Organização Não Governamental, de interesse público e sem fins lucrativos. Dessa forma, quem mantém essa instituição é a articulação entre o Estado em todas as suas esferas de governo e com uma ampla participação da sociedade.

Apesar de não possuir ligação direta com a gestão pública municipal, Sirius cita como exemplo a APAS (Associação de Pais e amigos de Surdos), que desenvolve atividades de inclusão social e é uma entidade mantida pela administração municipal.

Da mesma forma ocorre com a própria APAE, o município contribui com recursos financeiros para auxiliar na sua manutenção. E por isso, também deve ser considerado como estratégia de viabilização de ações para inclusão social.

Conforme prevê o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é responsabilidade do Estado e do Poder Público garantir, através de ações, programas e políticas públicas o direito de a pessoa a pessoa com deficiência estar incluída na sociedade, seja ela, por exemplo nos programas habitacionais, programas que garantam a dignidade humana, proteção social básica e especial, bem como, o que traz no “Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo[...]” (BRASIL, 2015)

Talvez, poderia ser estruturado políticas públicas municipais específicas para atender as pessoas com deficiências intelectual e múltiplas, e de todas as pessoas que estão ao seu entorno, facilitando seu convívio social e oportunizando situações reais de garantias do estabelecimento da dignidade humana.

## 5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A proposição de demonstrar a importância da APAE, na execução das políticas públicas, para a oferta de serviços e atendimento educacional e social aos indivíduos com deficiência intelectual e múltipla no município de São Miguel do Oeste, viabilizou a realização de um estudo de caso a partir de busca de informações de setores da administração pública municipal.

Os dados foram coletados por entrevistas e foi possível observar que a instituição da APAE de São Miguel do Oeste representa a referência municipal para os atendimentos às pessoas que possuem deficiências intelectual e múltiplas, a partir dos atendimentos especializados que disponibiliza.

Sobre o desenvolvimento de políticas públicas e programas de atendimentos às pessoas com deficiências, o município, através da secretaria municipal de Educação, dispõe de salas de recursos para atendimentos em contra turno escolar e disponibiliza o segundo professor em sala de aula do ensino regular para dar suporte ao aprendizado do deficiente que frequenta a escola regular.

Identificou-se que há uma interligação entre os serviços da secretaria de municipal de Educação e a instituição da APAE. Essa articulação existe para oferecer a identificação precoce de alguma deficiência, e se comprovado, inserir em tempo hábil o aluno com deficiência às atividades especializadas em busca de estímulos precoces. Prática essa reconhecida como uma das metodologias de evolução e desenvolvimento humano.

Outra política pública apresentada, e que ganha destaque no município, é o programa BPC na escola. Uma política que existe articulada intersetorialmente entre a secretaria da assistência social, saúde, educação e direitos humanos, viabilizada entre os governos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, e que possuem como principal propósito a diminuição e ou eliminação das barreiras que possam, de alguma forma, dificulta ou impedir a permanência do aluno deficiente em permanecer na escola do ensino regular.

O que também se observa, é que todos os atendimentos realizados e ou oferecidos pela administração municipal, está limitada a faixa etária do período escolar, e que é considerada aqui dos 4 aos 17 anos, de acordo com a previsão do Programa Nacional de Educação.

Destaca-se, que diante das entrevistas realizadas não foi possível identificar alguma das políticas públicas municipais que estejam voltadas para o amparo às pessoas com deficiências após a idade escolar.

Em relação à manutenção da instituição, há contribuições por parte do município para a manutenção da APAE, mas não se pode entender que essa participação seja considerada uma política pública que inclua sócio e culturalmente a pessoa com deficiência após a idade escolar, além das atividades desenvolvidas na APAE.

As pessoas deficientes vivem com suas deficiências em todos os ciclos de vida humana (APAE BRASIL, 2014). Há necessidade de acompanhar e desenvolver atividade com esse público em todas essas fases, não somente no período escolar. Para a o município, a APAE é a única instituição que desenvolve atividades para atender as pessoas com deficiência em todas as suas fases da vida, tornando-se referência ao município para o atendimento especializado desse público.

A APAE possui uma função estratégica na sociedade. É a instituição que desenvolve ações que vão além dos atendimentos voltados a singularidade individual do deficiente. Suas ações possuem repercussões de abrangência sociais, através da busca pela sensibilização social dos direitos dos deficientes e garantias de condições compatíveis com a inclusão social e da dignidade humana.

O que se propõe para o município, é que além da escola inclusiva, almejada para todos os alunos, se estabeleça uma filosofia de vida na sociedade a qual deixe de ver e compreender o deficiente como diferente, e passe a perceber que o que existe é diferenças entre as pessoas na sociedade.

Umas das formas de se aproximar dessa proposição é pensar um currículo que atenda essas diferenças em busca de transformações sobre a forma de ensino atual em que o deficiente, apesar de estar incluso na sala de aula, deve ser atendido suas necessidades educacionais especiais. Com um trabalho diferenciado que atenda viabilize as potencialidades encontra-se instrumentos pedagógicos para se trabalhar o mesmo currículo de forma igual. Deve-se estruturar didáticas que favoreça o aprendizado levando em consideração a subjetividade, garantindo assim espaços de conhecimento e aprendizado (FRANTIOZI, 2014).

Talvez, poderia ser estruturado políticas públicas municipais específicas para atender as pessoas com deficiências intelectual e múltiplas e de todas as pessoas que estão ao seu entorno, facilitando seu convívio social e oportunizando situações reais de garantias do estabelecimento da dignidade humana.

Também, sugere-se que sejam desenvolvidos novos estudos, capaz de aprofundar essa temática, bem como, a atuação do Estado em relação às políticas de transparência dos recursos da APAE, quais as linhas de ações que são pretendidas para atender as demandas das pessoas com deficiências.



## REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, A. C. C. de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ALVES, Mário, Aquino. **Terceiro Setor: as origens do conceito**. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf](http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf)>, acesso em 02/03/2019.

AMARAL, Ana Valeska. Terceiro Setor e Políticas Públicas. Revista do Serviço Público. Ano 54, n. 2, Brasília, 2003. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1315>. Acesso em 25 fev 2019.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília. 2005.

APAE- SMO. Plano de Ação 2018. São Miguel do Oeste, 2018.

APAE-SMO. Programa Político Pedagógico (PPP) 2018. São Miguel do Oeste, 2018.

APAE BRASIL. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**. Histórico da APAE no Brasil. (2018) Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2>>. Acesso em 20/11/ 2018.

\_\_\_\_\_. **Manual Apae**. 2014 Disponível em: <<http://apaebrasil.org.br/uploads/Manual%20Apae.pdf>> , acesso em 08/04/2019.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base de 1961** - Lei 4024/61 | Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (1996): Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4 CNE/CEB de 02 de Outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 1990. (Série Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais** - Brasília, Corde, 1994.

\_\_\_\_\_, **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014**. Secretaria de Governo da Presidência da República, Laís de Figueirêdo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Brochardt – Brasília: Presidência da República, 2016. 130p.

\_\_\_\_\_, **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação, **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de educação especial. MEC. SEESP, 2001. 79p.

\_\_\_\_\_, República Federativa do Brasil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/ Casa Civil, 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. acesso em: 01.04.19.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COELHO, R. C. **O Público e o Privado na Gestão Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC: CAPES: UAB, 2009.

CORCINI, Marli A. C. **Educação Especial e sua trajetória Histórica e Política: Uma abordagem crítica através de grupos de Discussão**. Paraná. 2016.

DRUCKER, P. F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FERNANDES, Rubem C. **Privado porém Público**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Porto: Porto, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI/Governo da Bahia, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002b.

FRANTIOZI, Silvana Aparecida. **Escola Inclusiva: Adaptações Necessárias para Contemplar a Diversidade**. Guarapuava. 2014. Caderno Pedagógico. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unicentro\\_ped\\_pdp\\_silvana\\_aparecida\\_frantiozi.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_pdp_silvana_aparecida_frantiozi.pdf)>. Acesso em: 10.04.19.

GARCÍA, C. M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999. (Coleção Ciências da Educação – Século XXI).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). **Censo Demográfico**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>>. Acesso em 24/02/2019.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. 2002. Disponível em <<http://www.educacaoonline.pro.br/>>. Acessado em 24/11/2018.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005

MELO, Israela Míriam de e COSTA, Cleylton Rodrigues da. APAE: Um estudo sobre as formas de inclusão social votada para pessoas com deficiência. **III CONEDU**. 2016. Disponível em <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA14\\_ID10288\\_17082016002449.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID10288_17082016002449.pdf)> Acesso em: 10.04.2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo, Atlas, 2005.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 8, n. 2, p. 233-244, 2002.

ORO, E. M. et al. **Prestação de Contas à Sociedade**: o caso das APAEs de Santa Catarina. In: XVII USP International Conference in Accounting. São Paulo. 25 a 27 julho de 2018.

PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Leticia. **Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RENGEL, S. et al. Importância do balanço social para as entidades do terceiro setor sob a ótica dos gestores das Apaes da região do Alto Vale do Itajaí/SC, *Pensar Contábil*, 14, 53, 5-1.

RODRIGUES, D. (Org). **Desenvolver a escola Inclusiva**. Dimensões do desenvolvimento profissional. Inclusão: Revista Educação Especial, V.4, nº 2, p. 15, 2008.

RODRIGUES, José Paz. **Helena Antipoff, amor pela pedagogia**. Documentário sobre a sua vida e obra. Disponível em: <<http://pgl.gal/helena-antipoff-amor-pela-pedagogia-documentario-sobre-a-sua-vida-e-obra/>>. Acesso em 26/02/2019.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Programa Pedagógico**. São José/SC. 2007. Disponível em: <[http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=44&Itemid=91](http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=44&Itemid=91)>. Acesso em: 26/02/2019.

\_\_\_\_\_. **Orientação Geral para Enturmação** 2019 conveniadas com a FCEE. São José, 2018.

SÃO MIGUEL DO OESTE. **Plano Municipal da Educação**. 2015. Disponível em: <<https://www.saomiguel.sc.gov.br/noticias/1792/plano-de-educacao>>, acesso em 09/04/2019.

SOUZA, L. C.. **Associações**. Vitória: SEBRAE, 2007.

TENÓRIO, F. org. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

VOLTOLINI, Ricardo. **Terceiro Setor** –Planejamento e Estratégia. Editora Senac, 3º Edição, 2009.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## **APÊNDICES**

### **Apêndice A – Roteiro de Entrevista**

- 1- Qual a importância da APAE para a administração municipal?
- 2- Que políticas públicas o município desenvolve para atender as demandas da Educação Especial?
- 3- Quais os pontos positivos da APAE com relação aos atendimentos oferecidos aos municípios com deficiência intelectual?
- 4- A administração pública municipal participa da inclusão social dos sujeitos com deficiência intelectual, após o término do ensino regular?